

PAPEL DA UAMPG NA ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES PARA A CONQUISTA DAS REIVINDICAÇÕES POPULARES¹

Tania Moreira²

RESUMO: O presente resumo ampliado está fundamentado em pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso, e tem por objeto de pesquisa compreender o papel da UAMPG (União das Associações de Moradores de Ponta Grossa) na organização das Associações de Moradores para a conquista das reivindicações populares. O principal objetivo da pesquisa foi compreender como se realiza a assessoria e a organização das Associações de Moradores da cidade de Ponta Grossa, bem como quais os desafios a serem alcançados pela UAMPG no desenvolvimento de seus trabalhos. Para tanto, utilizamos como instrumentos: revisão bibliográfica, estudo documental, observação participante, entrevista semi-estruturada e análise de dados fundamentada na revisão bibliográfica. Em um primeiro momento discutimos as relações entre Estado e sociedade civil buscando compreender como este processo se reflete na emergência, desenvolvimento e atuação das associações de moradores. Verificamos que a emergência das associações de moradores, tanto a nível nacional quanto local, ocorreu sob as demandas das expressões da questão social, sendo que estas entidades foram se constituindo como espaços de participação popular que sofriam influências do Estado, de partidos políticos e da Igreja. Partindo deste entendimento, passamos a apresentar os resultados de nossas sucessivas aproximações com nosso objeto de estudo. Inicialmente, descrevemos como se configuram os objetivos da UAMPG através de seu atual Estatuto Social. Na seqüência, realizamos a análise dos dados obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, realizando a devida articulação entre os elementos teóricos levantados e nossas observações da realidade enfocada. A partir disso, apresentamos algumas considerações finais acerca das investigações realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado e sociedade civil, participação popular, associações de moradores.

¹ Resumo ampliado de monografia de conclusão do curso de Serviço Social intitulada: Participação popular através de associações de moradores: O Papel da UAMPG na organização das Associações de Moradores para a conquista das reivindicações populares, junho de 2005. Orientação: Jussara Ayres Bourguignon.

² Acadêmica do 4º ano do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Considerações iniciais

O interesse pela temática “associações de moradores” surgiu a partir de nosso envolvimento no movimento estudantil. Isto possibilitou-nos acreditar na força da mobilização popular em prol de interesses comuns e na busca de alternativas àquilo que está posto.

Em nosso ponto de vista, as associações de moradores merecem especial atenção neste sentido, pois estão em contato direto com a população, com suas carências e reivindicações diárias, buscando atender as necessidades do seu bairro. Para melhor atingir estes objetivos foram criadas historicamente estratégias de organização para agregar e representar os interesses do conjunto das associações de moradores, sendo que na cidade de Ponta Grossa atua desde 1988, a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa – UAMPG, a qual nos propomos estudar.

Tal intento foi-nos um grande desafio uma vez que a referida entidade não se constitui como campo de estágio para o curso de Serviço Social da UEPG. Por isso, estabelecemos, desde o início do ano de 2004, uma série de aproximações com a diretoria da UAMPG, o que possibilitou-nos delimitar o seguinte objeto de estudo: “O papel da UAMPG na organização das Associações de Moradores para a conquista das reivindicações populares”.

Para contemplar este objeto, precisamos compreender uma série de fatores, dentre eles: como se estabelecem as relações das associações de moradores filiadas com a diretoria da UAMPG; qual a avaliação que as lideranças comunitárias das associações filiadas (e inclusive a própria diretoria executiva da UAMPG) fazem do trabalho desenvolvido pela entidade; como também os desafios a serem enfrentados pela UAMPG.

Com base em nossas observações da realidade enfocada, selecionamos quatro sujeitos significativos para nosso trabalho tendo como critérios: ser “**presidente de Associações de Moradores**”, que seja filiada a UAMPG; “**integrar chapa eleita a mais de 1 (um) ano**”, tempo suficiente para estabelecer contato mais aprofundado com a UAMPG; “**experiência e conhecimento acumulado em torno do processo de organização das Associações de Moradores e da UAMPG**”. Consideramos também, de fundamental importância, a esco-

lha do critério para seleção dos sujeitos “**presidente da UAMPG**”, para possibilitar-nos uma melhor compreensão de qual é o papel da UAMPG na organização das associações de moradores para a conquista de suas reivindicações.

Estes sujeitos configuram-se como significativos para este estudo, principalmente por possuírem experiência e conhecimento acumulado em torno do processo de organização das Associações de Moradores e da UAMPG. Selecionados os sujeitos significativos, o instrumento utilizado para este momento da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada.

Em um primeiro momento apresentamos discussões de autores que estudam as relações entre Estado e sociedade civil buscando compreender como isto se reflete na configuração das associações de moradores com o poder público em Ponta Grossa.

Através da revisão bibliográfica realizada, constatamos que as associações de moradores emergiram mediante demandas imediatas de populações carentes, que sofriam com as expressões da questão social. E, com o passar do tempo, constituíram-se, como espaços de participação popular que sofriam influências do Estado, de partidos políticos e da Igreja.

Com base neste entendimento e nos estudos de Guimarães (1997), abordamos as formas de participação e organização popular que antecederam e originaram a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa (UAMPG). Verificamos que o poder público municipal exerceu forte influência no processo de fundação da UAMPG através da intervenção da CESE (Coordenadoria de Estudos Sócio-Econômicos).

Tendo estes aspectos em vista, apresentamos os resultados de nossas sucessivas aproximações com nosso objeto de estudo. Traçando algumas considerações acerca do papel da UAMPG na organização das associações de moradores para a conquista das reivindicações populares.

As relações entre Estado e sociedade civil

Para maior aproximação com nosso objeto de estudo, vemos como de fundamental importância, a abordagem de como se configura a sociedade civil brasileira. Nesse sentido, apresentamos algumas dis-

cussões de autores que estudam as relações entre Estado e sociedade civil buscando maior compreensão deste assunto.

Conforme Bobbio (1997, p.1210), de todos os significados já atribuídos ao conceito de sociedade civil, “o mais comum na linguagem política atual é o genericamente marxista”. Por isso, nos ateremos às concepções de sociedade civil a partir da tradição marxista, visto que esta possibilita a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e econômicos em uma perspectiva de totalidade, apreendendo as contradições que lhes são inerentes.

Para Bobbio (1997, p.1210), **“na contraposição sociedade civil – Estado, entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais.”** [grifos nossos]

Ou seja, sociedade civil é entendida como espaço de conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, seja intervindo como mediador ou reprimindo.

A sociedade civil atua, neste contexto, como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder, como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impedem a conquista do poder político. Nesse sentido, utilizando ainda os estudos de Bobbio, podemos dizer que

a sociedade civil representa o lugar onde se formam especialmente, nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria inclusive em detrimento de poderes legítimos.[...] Daí a freqüente afirmação de que a solução de uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada, antes de tudo, na sociedade civil . (BOBBIO, 1999, p.35-6)

O fato levantado pelo autor de que a “solução de uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada, antes de tudo, na sociedade civil” é posta em evidência pelos governos, a partir do envolvimento dos poderes estatais com os órgãos de representação popular, sendo estes últimos utilizados de acordo com os interesses da classe dominante, para assim, garantirem a manutenção do poder.

Segundo Silva (1992), perante as análises de autores marxistas, o Estado é um órgão da classe dominante e o Estado tende a parecer “fetichizado”, uma vez que, os indivíduos, de modo geral, o vêem sob uma forma abstrata, como um ato de vontade coletiva ou como a forma externa da sociedade civil. No entanto, embasado em Marx este autor afirma que

o Estado nem paira sobre a sociedade civil, nem exprime a vontade geral. Ao contrário, o Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses, sob a máscara da “justiça” e da “soberania popular em base de igualdade”. Enquanto superestrutura da sociedade – jurídica e política – o Estado constitui-se no “poder organizado de uma classe” em sua relação com as outras. (SILVA,1992, p. 33)

Nesse sentido, Bobbio (1982, p.22) argumenta que o Estado não se apresenta como superação da sociedade civil, e sim como reflexo dela, onde “a sociedade civil historicamente determinada, não desaparece no Estado, mas reaparece com todas as suas determinações concretas”.

Através destas reflexões, denota-se o poder de organização das classes dominantes para legitimação de sua permanência no poder bem como o improvável entendimento de Estado sem a sociedade, nem a sociedade sem o Estado. Revela-se, portanto, a profunda relação entre ambos, na qual temos o Estado originado na sociedade. E como tal, tendo na relação com ela o reconhecimento de seus limites e potencialidades, bem como alternativas para o enfrentamento das demandas emergentes.

Concordando com Bobbio, entendemos sociedade civil como a esfera de organização das várias formas de associações das forças que atuam e se mobilizam fora das instituições estatais. Ao nosso ver, a relevância e legitimidade da sociedade civil dão-se à medida que esta não se atrela e subjuga ao poder do Estado, atuando, se necessário, em contraposição a ele.

Diante disso, destacamos a importância das associações de moradores que, como atores da sociedade civil, reivindicam por suas demandas, mesmo que imediatas, e organizam-se para conquistá-las. Tais entidades, juntamente com o conjunto da sociedade, ajudam a construir e reconstruir a sociedade civil brasileira, bem como os seus conceitos.

Partindo desta compreensão, passaremos na seqüência a refletir esta questão no contexto brasileiro, haja vista que em tal processo o conceito de sociedade civil acompanhou as variações das trajetórias e lutas políticas, especialmente no que se refere às manifestações e iniciativas de base da sociedade.

Conforme Wanderley (1993), nos anos anteriores a 1964, no contexto do desenvolvimentismo e crescimento econômico, em busca da “superação do atraso”, vários movimentos sociais e populares³ bem como organizações da sociedade civil desenvolveram-se e adquiriram força lutando por causas diversas. Neles havia uma presença expressiva de profissionais, intelectuais e estudantes, na sua maioria preocupados com as transformações sociais e econômicas.

As classes dominantes responderam a estas organizações e movimentações dos trabalhadores com um golpe militar, o qual, segundo Wanderley (1993), não foi um fato isolado e casual, mas resultado de “articulações que ultrapassaram nossas fronteiras que representavam interesses multinacionais” que detinham interesse em uma sucessão de golpes de Estado.

A forte repressão institucionalizada pelo regime militar influenciou a vida do país e resultou na desmobilização, dissolução e / ou mudanças de rumo dos movimentos políticos emergentes durante o período populista.

Nesta conjuntura, as associações de moradores eram tidas como importantes alternativas de resistência democrática à ditadura militar. Emergiram então, como formas de organização popular que atraíram militantes e cientistas políticos, que viam nessas organizações novas perspectivas políticas, constituindo uma “nova vanguarda” em substituição ao movimento operário e sindical que se encontrava reprimido.

³ Neste trabalho as concepções de Movimentos Sociais e de Movimentos Populares utilizadas respaldam-se nas leituras de Ammann (1991) e de Scherer-Warren (1996). Para Ammann “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.” (p.22). Não obstante, para Scherer-Warren, os movimentos sociais são “aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural.”(1996, p.18). Scherer-Warren explica que, segundo esta definição, praticamente não existiriam movimentos sociais na América Latina. Mas que, por outro lado, existem os movimentos históricos que lutam pela mudança de um tipo de sociedade em outro, como os movimentos nacionais-populares. Nesse sentido, nos chama atenção o que diz Scherer-Warren sobre os “verdadeiros movimentos sociais”: “O que há de inovador é a luta pela ampliação da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas.” (1996, p.68).

Vê-se, portanto, que existiam setores da sociedade civil que buscavam alternativas às medidas repressivas do governo.

A decepção mais ou menos generalizada, com o Estado abre caminho, depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil. [...]. Na verdade, a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado começa com os fatos mais simples da vida dos perseguidos. Nos momentos mais difíceis, eles tinham de se valer dos que se encontravam à sua volta. Não havia mais partidos aos quais recorrer, nem tribunais nos quais se pudesse se confiar. Na hora difícil, o primeiro recurso era à família, depois aos amigos, em alguns casos também aos companheiros de trabalho. [...] De que estamos falando aqui senão de sociedade civil, embora ainda no estado molecular das relações interpessoais?(WEFFORT, 1984 apud SADER, 1988, p.33)

Portanto, esta “decepção”, da população com o Estado no período da ditadura, a que Weffort se refere, abriu caminho ao ressurgimento de novos movimentos. O final dos anos 60 foi marcado por inúmeros movimentos da sociedade civil formados por sujeitos pertencentes a distintas formas de organização que aos poucos foram se transformando em sujeitos sócio-políticos que tiveram papel fundamental no processo de redemocratização brasileiro. Sobre estas manifestações, Sader afirma que:

Ao final da década [1970] vários textos passaram a se referir à irrupção dos movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos. Eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado, era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera pública. (SADER, 1988, p.35-36)

Desta forma, eram ampliadas as insatisfações com o regime autoritário, as oposições cresciam e eram alimentadas por diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, Sader (1988) discute também a “emergência de novos sujeitos coletivos” os quais a partir de necessidades comuns, organizam-se e reivindicam seus direitos.

Encontramos variações no uso do conceito: em alguns casos ele está referido à capacidade de expressão no plano da política e em outros não. Variações na sua relação com os fatos empíricos que nomeia: desde agrupamentos bem delimitados até o “povo” enquanto categoria histórica. Mas um traço comum é o fato de a noção de “sujeito” vir associada a um *projeto*, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas. E outro traço comum, vinculado a este, é a conotação com a idéia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências. (SADER, 1988, p.52-53)

A noção de sujeito coletivo a que o autor se refere indica “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se em lutas” (SADER, 1988, p.55)

Movimentos sociais no contexto da redemocratização

Após mais de vinte anos de governo militar, o Brasil voltou, em 1985, a ter um governo civil, mesmo que escolhido de forma indireta. Contudo, este fato configurou-se com o resultado de incessantes lutas, de avanços e retrocessos de conquistas do conjunto da sociedade.

Nesse sentido, destacamos, conforme Wanderley (1983), a campanha das “Diretas Já”, em 1984, como um acontecimento marcante para o período de redemocratização. Tal movimento, mesmo não atingindo seus objetivos imediatos, se constituiu no ponto culminante do processo de reorganização da sociedade civil e envolvimento da população nas questões políticas.

Neste contexto, que as condições para a manutenção do poder ditatorial estavam esgotadas e as organizações e movimentações da sociedade civil contribuía para este processo. Conforme Wanderley (1993), os anos 80, foram marcados pela consolidação das lutas pela redemocratização, não só no Brasil, mas também em vários países da América Latina. A partir disso, as preocupações centraram-se no estímulo aos indivíduos para que exercessem seus direitos políticos e também para que buscassem seus direitos básicos de sobrevivência.

Considerando-se todo este processo de abertura política, houve maior pluralização dos atores sociais e o termo sociedade civil passou a ser mais amplamente empregado no país. Em síntese, temos que a transição política brasileira aconteceu de tal forma que não se pode negar a relação entre as iniciativas do Estado e as respostas da sociedade civil como manifestações da dialética desse processo.

Com relação aos movimentos sociais, pode-se dizer que iniciaram a década de 1980 fortalecidos. A fragmentação dos anos anteriores, embora persistente, recompõe-se em parte em demandas mais amplas, como por exemplo, aquelas ligadas ao processo e posse da terra, e a criação de organismos centrais de coordenação, sob a forma de federações e confederações, como aconteceu com as associações de favelados e de moradores.

Neste contexto, Moisés (1987) afirma que a partir de 1985, inicia-se uma nova fase na história brasileira – a Nova República – encerrando um ciclo de regime autoritário militar que perdurou por mais de vinte anos. A superação hegemônica burguesa permanece na pauta de discussões, visto que a crise do regime autoritário, impulsionada pelo processo de transição, passou a exigir novas formas de prática política.

A questão da consolidação da democracia passou a ser um problema central na sociedade brasileira. Na nova conjuntura política as forças sociais se expressam vivamente, os movimentos sociais passam a apresentar mais marcantemente em suas ações a conotação político-partidária.

As reflexões apresentadas até o momento levam-nos a refletir sobre a questão da hegemonia, discutida com propriedade por Gramsci e conceito essencial para O entendimento da relação Estado – sociedade civil. Segundo SCHONS (1993, p. 65),

o próprio Gramsci já percebera que o 'fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve **levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida**; que se forma um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também **é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois a hegemonia é ético-política, também é econômica**; não pode deixar de fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. [grifos nossos].

A autora relaciona hegemonia com alianças que se estabelecem num dado momento histórico conjuntural. “Parece exigir da classe hegemônica que tenha claro [...] o ‘momento individual e o momento universal’. Poderíamos dizer aqui, o ‘conjuntural e o estrutural’, o da tática e o da estratégia.” (SCHONS, 1993, p.65). Gruppi sintetiza que hegemonia

determina os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornando-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das massas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo [...] (GRUPPI, 1980 apud SCHONS, 1993, p.65)

Em nosso entendimento, hegemonia pressupõe a existência de classes entre as quais hajam interesses diversos. Desta forma, uma classe torna-se hegemônica em relação à outra a medida que se estabelece um pacto, geralmente expresso por alianças. Estas contemplarão os interesses da classe dominante, porém os interesses das classes dominadas somente serão atendidas ao passo que tal concessão contribua para a manutenção do poder da classe dominante.

Percebe-se este processo na relação Estado – sociedade civil no contexto brasileiro nas diversas situações em que estes atores entraram em conflito. E que, depois de pautadas as reivindicações e realizadas as devidas “pressões” chega-se a um entendimento, o qual, geralmente atende aos interesses da classe hegemônica, mas que, de certa forma acata as necessidades, ao menos imediatas da classe dominada. Conforme Luiz (1997) o contexto histórico brasileiro tem mostrado a queda do dualismo entre Estado e sociedade civil. Observando-se que a luta pela ruptura da ditadura militar e busca da reconstrução do Estado de direito, foi também, a luta de construção do Estado Democrático através da organização dos movimentos e organizações sociais. Portanto, a luta pela democracia ressurgiu neste momento, e com ela há o fortalecimento da sociedade civil brasileira através de seus diversos atores.

Durante a Nova República, os movimentos e organizações sociais foram chamados a fazer parte da “Aliança Democrática”, a partir da qual, passa-se a existir uma nova relação entre sociedade civil e Estado. A partir de então, foram exploradas lutas como a descentralização do poder, a municipalização das ações governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões políticas.

Após a promulgação da Constituição de 1988, quando muitos espaços públicos foram sendo conquistados pela sociedade civil, alastram-se as parcerias de seus organismos com o Estado em função do processo de democratização. Esta nova relação, não significa o rompimento com o dualismo Estado / Sociedade, contudo, pode constituir-se como um fator de perda do caráter crítico e autônomo dos movimentos organizados.

A emergência das Associações de Moradores

As questões que levantamos até agora tiveram o objetivo de elucidar teoricamente a conjuntura histórica do país e proporcionar entendimento de como se estabelecem às relações entre Estado e sociedade civil, e, neste contexto, como aconteceu a emergência das associações de moradores.

Os anos 50 foram marcados por uma onda de industrialização que ficou conhecida por desenvolvimentismo. As transformações políticas e econômicas decorrentes desse processo implicaram em uma série de expressões da questão social⁴ que levaram a população a organizar-se para reivindicar melhores condições de vida. Desta forma, surgiram às primeiras manifestações da sociedade civil, e dentre elas, as associações de moradores.

Conforme Almeida e Carvalho (1991, p.712), “na sua nova configuração, a partir de Getúlio, o Estado interfere em todas as esferas das relações sociais. O atrelamento, o clientelismo e o corporativismo repetem-se também nos movimentos de bairro.”

Estes autores acrescentam ainda que as associações comunitárias funcionaram em muitos casos como canais de “comércio político”, distribuidoras de benefícios e fábricas de prefeitos e vereadores.

O aprofundamento das condições de miséria e aglomeração urbana, contribuiu para a emergência das associações de moradores. Devido a estas condições, multiplicaram-se as organizações populares e sindicais, destacando-se, conforme Almeida e Carvalho (1991, p.713),

⁴ Questão Social: “Por questão social, no sentido universal do termo queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária provocou na constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.” (FILHO, 1982 apud SERRA, 2000, p.?)

a atuação dos socialistas, trabalhistas e de igrejas.

Neste contexto as associações de moradores eram reconhecidas como espaço de conflito entre forças políticas. De acordo com Almeida e Carvalho (1991, p.717), “a oposição à ditadura reúne forças de diversas matrizes que, apesar das diferenças formam um bloco contra o inimigo comum”. As associações de moradores, juntamente com outras organizações da sociedade civil, como associações de favelados, de mulheres, federações de bairros, movimento de mutuários, alastravam-se e difundiam-se por todo o país.

Com o fortalecimento da resistência à ditadura os partidos políticos ganhavam força, e mesmo na clandestinidade organizaram-se, inclusive através de intervenções junto às entidades populares. É nesse contexto que se forma, em 1982, a CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores. Segundo Almeida e Carvalho (1991, p.719),

participaram de sua fundação militantes de movimentos populares ligados ao PMDB, ao PDT e também ao PT. Há uma grande presença de associações pelegas herdeiras do populismo e do clientelismo. Há também a presença de militantes da esquerda tradicional quem mantêm uma relação aparelhista com o movimento popular, a chamada correia de transmissão do partido. Há ainda a presença de militantes do movimento popular combativo, apostando na possibilidade dessa postura torna-se hegemônica na CONAM.

Percebe-se, portanto, que as intervenções partidárias nas associações de moradores, como em outras organizações, funcionam como ponto de desmobilização da participação de alguns militantes.

Nesse sentido, Almeida e Carvalho (1991, p.720) relatam que a CONAM, desde 1982, é palco da disputa por hegemonia entre diversas correntes e concepções políticas. Sendo que no ano de 1985 é totalmente “aparelhada” pela SEAC – Secretaria de Ação Comunitária, em troca de leite e reconstrução de barracos desmoronados pelas chuvas.

Tais condições levaram a um retrocesso das articulações das associações de moradores. “Os movimentos e suas lideranças, forjadas na defensiva e na reivindicação, acostumados ao duro tratamento da ditadura que não dialoga e não cede, não tem capacitação para negociar com o poder público suas conquistas.” (ALMEIDA e CARVALHO,

1991, p.722). A partir disso, o Movimento Popular vive um período de divisão, dispersão e esvaziamento. As lideranças passam a sentir dificuldade em propor, em se impor diante do poder público, e diante estes entraves, o movimento retrocede.

Almeida e Carvalho (1991) alertam que a capacitação política e o “jogo de cintura” são ferramentas indispensáveis para a superação de diferenças políticas e regionais, necessárias a um processo de articulação. Entendemos que, para isso, seja necessário clareza da realidade e olhar crítico sobre as situações com que estas lideranças se deparam no seu cotidiano, pois em certos momentos faz-se oportuno o recuo para se conseguir avançar nas negociações mais adiante.

A partir do exposto, os desafios para a ampliação da democracia estão postos na construção de movimentos populares capazes de exigir e assumir suas parcelas de poder. Construção esta que possibilite, por um lado, intervenções legítimas da sociedade civil junto ao Estado, sem ter que buscar negociações com as classes hegemônicas; e que por outro lado, atendam realmente aos interesses e anseios da sujeitos que representam.

Participação popular através das Associações de Moradores

A partir deste momento abordaremos as formas de organização que originaram a **União das Associações de Moradores de Ponta Grossa** (UAMPG); a forma com que se realizou a fundação desta entidade e como vem desenvolvendo seus trabalhos atualmente, buscando levantar os avanços já conquistados e os desafios a serem enfrentados.

O processo de expansão industrial pelo qual o país como um todo passou a partir dos anos 1950, trouxe muitos problemas sociais para o município. Conforme Guimarães (1997), milhares de famílias, atraídas pelo título de “Capital da Soja”, deslocaram-se para a cidade em busca de trabalho. No entanto, a estrutura do município, não suportou este novo contingente populacional, agravando os problemas sociais, dando origem às favelas, ao aumento da prostituição, da criminalidade e do tráfico de drogas, dentre outros. Nesse sentido o crescimento da população urbana gerou problemas nas

idades que, como Ponta Grossa, não possuíam infra-estrutura para suprir as necessidades básicas da população, agravando o processo de exclusão social⁵.

Partindo destas discussões e conforme expomos anteriormente, as décadas de 60 e 70 foram marcadas por grandes transformações estruturais em todo o país. Particularmente na cidade de Ponta Grossa, foi no final da década de 70, que o “discurso⁶ oficial já acenava com a possibilidade de participação na administração municipal, discurso este que será retomado no início da década de 80.” (GUIMARÃES, 1997, p.72).

Este discurso era utilizado para conquistar a simpatia das instâncias populares organizadas e garantir a manutenção do poder. Conforme Guimarães (1997, p. 81), “os partidos políticos principalmente aqueles que se dominavam progressistas, tiveram influência não só na emergência de Associações, mas também, na formação política de lideranças que assumiram o controle nas várias instâncias do poder popular organizado.”

Conforme Guimarães (1997), um dos primeiros esforços para a formação de associações de moradores em Ponta Grossa, constam de trabalhos desenvolvidos pela COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) junto aos conjuntos habitacionais.

Por sua vez, o poder público municipal para atingir os objetivos de participação popular, criou em 1983 a Coordenadoria de Estudos Sócio-Econômicos (CESE), que passou a assessorar o Planejamento Municipal na área de pesquisa e de ação sócio-política. O trabalho da CESE consistia em “contatar a comunidade e incentivar a organização popular na periferia, por meio das associações de moradores.” (GUIMARÃES, 1997, p.112).

⁵ Exclusão social “[...] não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública.” (SPOSATI, 1996 apud WANDERLEY, 1997, p.78)

⁶ Discurso é o “uso ordenado da linguagem, numa fala ou texto em que um sujeito se dirige a um público [...]. Os diversos discursos que lemos ou escutamos uma sociedade ou num dado período [...] podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõe, nessa sociedade e nesse tempo, um modo – e suas variações – de nomear seus problemas, objetivos e valores. Embora se expressem, através dos discursos, os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros.” (SADER, 1988, p. 59)

A CESE trabalhava também com assessoria direta para a formação das associações de moradores, atuando junto às lideranças para incentivar a organização popular, bem como auxiliava nos aspectos legais para a fundação das associações. Guimarães (1997, p. 119) analisa que

Todo o discurso da CESE estava voltado para a participação popular em associações de moradores e, também, em partido político – (PMDB). A administração do momento, tanto estadual [...] quanto municipal [...], era apresentada como democrática, pois possibilitava a oportunidade da organização popular.

O autor ressalta que estas estratégias buscavam legitimar a manutenção do poder, uma vez que reforçavam a idéia que este direito de organização poderia ser negado por administrações que tivessem uma visão diferente sobre a participação popular.

No contexto de atuação da CESE, no ano de 1985, já estavam formadas 30 associações. A conjuntura política nacional da época, ou seja, os primeiros passos para a redemocratização, acenava para que os movimentos sociais buscassem “formas de atuação conjunta e organismos que os representassem em âmbito estadual e nacional”. (GUIMARÃES, 1997, p. 129). No caso das associações de moradores, estas novas formas de organização diziam respeito a um organismo que representasse e unisse todas as entidades da cidade.

Com o auxílio da CESE, líderes de associações de moradores formaram em 1988 a UAMPG, sendo seu objetivo congregar todas as associações de moradores da cidade. Evidencia-se, que a UAMPG já desde sua fundação está fortemente vinculada ao poder público municipal.

O envolvimento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa com a UAMPG é um exemplo de como se estabelecem as relações entre Estado e sociedade civil. É notório que estes organismos estão interligados, e que têm objetivos comuns quanto ao bem estar da população. Nesse sentido, justificam-se os auxílios financeiros e de infra-estrutura que a prefeitura repassa à UAMPG através de subsídios e convênios para que esta realize a manutenção de suas atividades. Da mesma forma, há por trás disso o envolvimento de interesses pessoais e político - partidários de manutenção do poder através das bases.

O papel da UAMPG

Tendo estes aspectos em vista, apresentaremos a partir de agora os resultados de nossas aproximações com o presente objeto de estudo. De acordo com o estatuto social, reformulado no ano de 2002, a entidade tem por finalidade, dentre outros itens:

[...] Prestar assistência às filiadas, junto aos poderes públicos ou particulares em favor dos interesses coletivos, bem como apoiar e orientar as iniciativas e reivindicações comunitárias; [...] Estimular e ajudar na formação de novas Associações de Moradores, prestando-lhe toda a assistência necessária; [...] Lutar pela implantação de uma política habitacional, meio-ambiente, educacional, cultural, desportiva, de saúde e social, voltada para o atendimento das necessidades da população.[...]

As quatro lideranças comunitárias selecionadas para as entrevistas semi-estruturadas, responderam questões sobre várias situações do movimento comunitário, em especial sobre a UAMPG.

Com relação à motivação pessoal para participação, cada um respondeu conforme as experiências que vivenciou. As repostas tiveram em comum a característica das lideranças comunitárias interessarem-se pela efetivação dos direitos sociais. Os elementos que destacamos nos depoimentos das quatro lideranças comunitárias sobre esta primeira questão, nos levam a ponderar, sobre “o viver histórico cotidiano do sujeito” e sobre a importância de suas experiências sociais como forma de expressar sua cultura política. (THOMPSON, 1981 apud MARTINELLI, 1994, p.14). Cada um, expressou motivações para o envolvimento conforme as experiências que vivenciou ao longo de sua vida, sendo estas expressões de sua cultura e visão de mundo.

Quando à participação da comunidade, todos apontaram dificuldades para a aquisição da confiança dos moradores e também que muitas vezes o encaminhamento e solução dos problemas fica a cargo do presidente da associação. Chamou-nos atenção a resposta de uma das lideranças quando disse que apesar da promoção e ampliação da participação ser difícil, faz seu trabalho com transparência e cria estratégias para incentivar a inserção de outras pessoas na associação.

A partir da análise dos depoimentos, entendemos participação como um processo coletivo de reconhecimento de direitos, que se efetiva a partir da organização dos sujeitos em espaços propícios para

isso. A associação de moradores configura-se como um desses espaços, no qual, além da resistência, há o fortalecimento do sujeito coletivo. Compreendemos também que o processo de participação, enquanto mobilizador da população para reivindicação de direitos, vai contra os interesses das classes hegemônicas, e por isso, estas buscam alianças com as entidades provedoras da organização de modo a garantir-se no poder.

Partindo para as perguntas sobre a UAMPG, procuramos identificar a visão das lideranças sobre o papel da UAMPG na organização das associações de moradores. As respostas a este questionamento também foram diversificadas, sendo elas desde a função de assessoria contábil-jurídica até a organização do movimento comunitário. Resgatando o estudo do estatuto social, observamos que as lideranças têm clareza sobre a finalidade e objetivos da entidade.

Questionamos também sobre como se estabelecem as relações entre as lideranças comunitárias e a diretoria da UAMPG. Com exceção de um entrevistado, os demais disseram que as relações são boas. O entrevistado que discordou, apontou que aquelas lideranças que possuem opção político-partidária diferente da diretoria executiva enfrentam dificuldades no relacionamento. Acreditamos que estas diferenças são inerentes aos movimentos e que devem ser extraídas delas as soluções dos problemas, buscando avançar na organização e ampliação das reivindicações.

A avaliação das lideranças quanto ao trabalho desenvolvido pela UAMPG foi positiva, sendo que um dos entrevistados, membro da diretoria executiva, afirmou que em muitos casos a UAMPG realiza o trabalho do presidente da associação, e este se acomoda e “não corre atrás das coisas”. Outra liderança disse que estas situações realmente acontecem, mas que por sua vez realiza o trabalho por conta própria para não sobrecarregar a diretoria.

Sobre os desafios a serem enfrentados pela UAMPG no desenvolvimento de seus trabalhos, as lideranças fizeram referência à proposição de projetos mais amplos para as associações de moradores, a independência financeira da entidade para com a prefeitura, e à ampliação do envolvimento das associações de moradores em questões mais amplas de forma organizada e planejada.

Considerações finais

As respostas obtidas através das entrevistas conduzem-nos para algumas considerações finais acerca do estudo realizado. As associações de moradores são organizações da sociedade civil que se organizam a partir da realidade local e das demandas apresentadas por uma parte específica da população, constituindo-se em um sujeito coletivo que reivindica e luta pela ampliação da qualidade de vida.

Assim como outras organizações, as associações de moradores passaram ao longo de sua história por avanços e retrocessos. Atualmente, de modo geral, enfrentam descrédito e por conseqüência, pouca participação por parte da população.

A pesquisa que realizamos demonstrou que a liderança comunitária tem papel fundamental na mobilização e organização das lutas. Para isso, precisa ser crítica e ao mesmo tempo criativa e objetiva para não centralizar as ações e manter a manutenção do grupo em torno das reivindicações. Tais procedimentos são complexos e exigem muito conhecimento de realidade para serem feitas isoladamente, por isso a UAMPG precisa ser cada vez mais fortalecida como um mecanismo de apoio e assessoramento às lideranças, e principalmente organizativo das reivindicações e ações das associações de moradores para a ampliação e conquistas de direitos sociais.

Diante do exposto, a relevância do estudo sobre como se organizam as associações de moradores para a conquista das reivindicações populares dá-se à medida que podemos demonstrar como estas entidades, organizadas enquanto parte de um conjunto maior, podem atuar e intervir de formas independente, autônoma e propositiva junto ao Estado, mediadas pela UAMPG.

Ao finalizarmos o presente trabalho, ainda é inquietante uma série de fatores relacionados à temática, o que suscita uma infinidade de novas possibilidades de investigações. Portanto, neste momento, de modo algum, damos por encerrada a nossa pesquisa, apenas apontamos algumas considerações que possam vir a fundamentar outras etapas de aproximação com a realidade.

O curso de Serviço Social, o qual escolhemos para ser nossa profissão, não nos trouxe apenas este adicional, uma profissão, mas inscreveu valores em nossa vida que ultrapassam as barreiras profissio-

nais. Por isso, acreditamos que qualquer pesquisa ou intervenção de Assistentes Sociais junto a entidades como as associações de moradores devem partir daquilo que os indivíduos que a compõe acreditam, demonstrando respeito e consideração para com estes sujeitos.

ABSTRACT: The present extended summary is based on research carried through for the course conclusion paper, and has for research object to understand the paper of the UAMPG (The Ponta Grossa Inhabitants Union Associations) in the organization of the Inhabitants Associations to conquest of popular claims. The main objective of this research was to understand how the assessorship is carried through and the organization of the Inhabitants Associations of Ponta Grossa city, as well as the challenges to be reached by the UAMPG in the development of its activities. For in such a way, it was used as instruments: bibliographical revision, documentary study, participant comment, half-structuralized interview and analysis of data based on the bibliographical revision. At a first moment it was argued the relations between State and civil society searching the understanding how this process reflects in the emergence, development and performance of the inhabitants associations. It was verified the emergence of the inhabitants associations, as much local as national level, it occurred under the demands of the social matter expressions, that these entities had been constituting as spaces of popular participation that suffered influences from the State, political parties and the Church. Departing from this agreement, the results of successive approaches with our object of study started being presented. Initially, we describe as if they configure the objectives of the UAMPG configures through its current Social Statute. In the sequence, the analysis of the data gotten through half-structuralized interviews was carried through, making the joint between the theoretical elements raised and our comments of the focused reality. From that, it was presented some final consideration concerning to researches done.

KEY WORDS: State and civil society, popular participation, inhabitants associations.

Referências

- ALMEIDA, P. R.; CARVALHO, M. C. A. A. Pequena História dos Movimentos Populares. **Revista de Cultura**. São Paulo: Vozes, V.85, nº 6, Nov/Dez 1991.
- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil – 1964-1984**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AMMANN, S. B. **Movimento Popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- BAIERLE, S. G. A explosão da Experiência – Emergência de um novo princípio ético-

Moreira, Tania. Papel da UEMPG na organização das associações de moradores para a conquista...

político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, S. E. et al (org.s). **Cultura e política dos movimentos sociais Latino Americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BAPTISTA, D.M.T. **O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa** In: Núcleo sobre Metodologias Qualitativas e Quantitativas. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social – Um instigante desafio. PUCSP, Maio / 1994

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade. para uma teoria geral da política**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999. Capítulo 2 – A sociedade civil. p.33-52

BOBBIO, N. **O Conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira. 9ª edição, Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESTATUTO SOCIAL. União das Associações de Moradores de Ponta Grossa – UAMPG. Ponta Grossa, 2002.

FALEIROS, V. P. Formas ideológicas de participação popular. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano III, nº 09, São Paulo: Cortez, agosto / 1982 p.17-25

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. M. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola: 1991.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista Idéias**. Campinas: UNICAMP, 1998/1999. p.13-42

GUIMARÃES, C. J. **Associações de Moradores em Ponta Grossa: Paraná – 1967/1990**. Dissertação de Mestrado em História – UNESP, 1997.

LUIZ, D. E. C. **A Organicidade de sociedade civil Pontagrossense através das ONGs**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 1997.

MOISÉS, J. A. Movimentos Populares: alternativas de políticas sociais e a organização da categoria. In: **O Serviço Social nas relações sociais: Movimentos populares e alternativas de políticas sociais**. São Paulo: Cortez: ANAS, 1987. p.66-90

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e terceiro setor em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. V.20 nº 59. Março / 1999. p.47-77

MOREIRA, T. **Participação popular através de associações de moradores: O**

Moreira, Tania. Papel da UEMPG na organização das associações de moradores para a conquista...

Papel da UAMPG na organização das Associações de Moradores para a conquista das reivindicações populares. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Junho / 2005.

MYNAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: desafio da pesquisa social. In: MYNAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes,1994.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta. In: MYNAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes,1994.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e Social: teoria, método e prática.** Belo Horizonte: Vozes. PUC – Minas, 2001

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHONS, S. M. A teoria política do Estado ampliado em Gramsci. **Revista Publicatio UEPG.** Ciências Humanas. Ponta Grossa – PR: Editora UEPG, 1993. p.53-71

SERRA, R. M. S. A questão social hoje. **Revista SER Social.** nº 6, jan-jun / 2000. p.169-184

SILVA, A. A. **Política Social e cooperativas habitacionais.** São Paulo: Cortez, 1992.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1993.

WANDERLEY, M. B. Refletindo a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 55, nov / 1997, p. 74-83.